

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 24280 / 23
Rubrica: f Fls: 2**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 38deed69-f443-45c0-85ce-99f160ab99e1

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024280/2023

Data: 12/09/2023 09:55:27

Origem: TRANSDATA SOLUCOES EM MOBILIDADE LTDA
*** contatos indisponíveis ***Contato: TRANSDATA SOLUCOES EM MOBILIDADE LTDA
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 12/09/2023 09:55:42	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO, RJ**

Secretaria de Governo

Subsecretaria de Serviços Concedidos

Ref.: Impugnação ao Edital de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5561/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.246.462/0001-07, sediada na Rua Guapuruvu nº 461 - Alphaville Empresarial, neste ato representado por seus representantes legais PAULO ROBERTO TAVARES, RG 20.623.884 SSP/SP e CPF 184.266.298-81, e LUIZ DELFEU JORA FERRACIOLI, RG 214063379 SSP/SP e CPF 150.378.478-93, vêm, respeitosamente, apresentar, com fulcro no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c § 2º do artigo 41 da lei 8.666/1993 - aplicável por força do disposto na Lei federal nº 10.520/2002, e, ainda, a cláusula 6.5 do Edital, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023**, o que faz pelos fatos e fundamentos abaixo relatados.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar no mérito, é imprescindível analisar a tempestividade do presente ato.

A Lei 8.666/93, que instituiu normas gerais sobre licitações e contratos da Administração Pública, preceitua, em seu art. 41, §2º, que:

“§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou

irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso”.

(g.n.)

Ainda, o edital dispõe na cláusula **6.5** o seguinte:

6.5 - As impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, através do e-mail informado no item 2.5 a partir da publicação do aviso do edital até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição (g.n.)

No caso em tela, e apoiando-se exclusivamente na cláusula **6.5** do Edital, a data e hora da abertura da sessão pública para abertura das propostas está marcada para o dia **14/09/2023 (quinta-feira)**. Logo, a data final será o dia **11/09/2023 (segunda-feira)**. Deste modo, verifica-se a tempestividade do presente instrumento, eis que interposto dentro do prazo legal.

II. SÍNTESE FÁTICA

O Município de Nova Friburgo publicou edital de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 157/2023, do tipo menor valor global do lote, visando à contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas descritas no Termo de Referência (ANEXO II), que faz parte integrante do Edital.

Em outra oportunidade, a ora Impugnante fez alertas, por meio de impugnação, de itens que deveriam ser reavaliados, em prol de se promover maior competitividade no certame, além de assegurar uma contratação mais econômica para a administração pública.

Contudo, o novo edital republicado apresenta questões intransponíveis que, se não resolvidas, irão minar os objetivos primordiais do certame, que é a contratação mais vantajosa para a Administração Pública. Vejamos:

II.1 Item 2.2.1 do Anexo II, que dispõe sobre o “Equipamento Automatic Vehicle Location – AVL.”

O Termo de Referência, no item em questão, especifica requisitos do Equipamento AVL, requerendo que o item seja cotado para fins de composição de preço.

Contudo, conforme já exposto em pedido de esclarecimento formulado, é sabido que, pela natural evolução tecnológica, alguns validadores do mercado já dispõem de todas as funcionalidades do AVL. Logo, para esses validadores, o AVL seria totalmente dispensável, uma vez que já presente no equipamento.

Nesse contexto foi requerido esclarecimento, tendo sido indagado:

QUESTÃO: Caso, hipoteticamente, sejam utilizados os validadores que já cumprem integralmente a função do AVL, com todos os requisitos elencados no item 2.2.1 (incluindo as letras de ‘a’ a ‘k’), existe a possibilidade de não haver a precificação de tais AVLs?

Está correto o nosso entendimento?

A pergunta foi acompanhada da explicação de que o custo de contratação de um equipamento validador moderno, já com o sistema AVL, sem a necessidade de cotação extra de AVL, reduziria consideravelmente a proposta a ser firmada, o que implicaria um benefício direto ao órgão contratante, atendendo ao princípio do interesse público, que determina que todas as ações e decisões tomadas pela Administração devem visar ao bem comum e ao interesse da coletividade.

A resposta ao questionamento foi:

“(...) o validador deverá ser adquirido pela empresa que vencer o certame correlato a operação do sistema de transporte público, portanto, a empresa que operar o sistema poderá adquirir o validador com as funcionalidades do AVL ou não.

Assim, a precificação de todos os itens constantes na planilha de custos é indispensável para a formação da proposta que será julgada. Não se pode perder de vista que o cronograma de migração e implementação prevê prazo para que alternativas tecnológicas sejam implementadas de acordo com o interesse público em consenso com as empresas, tanto a gerenciadora quanto a operadora, portanto, o fato do AVL ser precificado não significa dizer que a empresa vencedora do SBE deverá adquiri-lo e o poder Público pagar, na medida que tudo isto dependerá, repita-se, do tipo de validador que será implementado (instalado) pela empresa operadora do sistema de transporte público.

Com efeito, a precificação do AVL não importará em mitigação dos princípios que norteiam a Administração Pública, nem tampouco o Interesse Público e/ou causará dano ao erário.

Da resposta ofertada se extrai que o município exige o preço do AVL em separado, o que pode causar alguns problemas, e, conseqüentemente, prejudicar o bom andamento da contratação em tela.

Deve-se ter em mente que o pregão visa contratar uma empresa para administrar um Sistema de Bilhetagem Eletrônica. Para tanto há um Termo de Referência anexo ao Processo onde estão especificadas as funcionalidades e características exigidas para o sistema, inclusive quanto aos validadores. Ocorre que embora os validadores sejam o principal componente de um sistema de bilhetagem eletrônica, eles não compõem o escopo de fornecimento do licitante vencedor já que, em tese, deverão ser adquiridos por terceiro a ser selecionado noutro processo licitatório, não vinculado. Disso decorrem questões importantes:

- i) Em consonância com o esclarecimento prestado, o licitante deverá indicar e computar em sua proposta o custo dos equipamentos denominados AVL ainda que, antes, tenha indicado quais os modelos de validador serão compatíveis com sua proposta e saiba, portanto, que tais equipamentos já incorporam a função de um AVL. Isso implicaria contratar uma redundância de equipamentos, com recursos públicos, sem que haja justificativa técnica para tanto. Em sua resposta, o município informa que poderá decidir posteriormente pela exclusão desses

equipamentos, o que implicaria alterações das propostas formuladas, e se deve evitar.

- ii) O edital prevê que a empresa indique, para efeito meramente informativo, o preço dos validadores compatíveis com o SBE que pretende implantar para atender ao especificado no edital. Contudo, como esses preços não compõem o cálculo do valor global da proposta-objeto do pregão é possível que o licitante que ofereça o menor preço total seja o que, por outro lado, tenha compatibilidade com os validadores mais caros ou o contrário, de modo que o custo efetivo do SBE não estará refletido de fato neste processo licitatório. Não fica claro como haverá mitigação desse risco ou como serão avaliadas, objetivamente, as propostas apresentadas, considerando essa variável;
- iii) Ainda no fulcro do item 2, o processo não prevê qualquer mecanismo que obrigue o licitante vencedor a garantir que os validadores venham a ser fornecidos por aquele preço indicado por ele. Isso permite que cada licitante indique preços de referência que podem não ser efetivos, inclusive considerando que os equipamentos não sejam necessariamente de sua fabricação - portanto fora de seu controle quanto à formação e manutenção de preços. Outro problema, ainda nessa mesma direção, é que em não havendo garantia de prazo em que os validadores seriam realmente adquiridos tais preços possam apresentar, de fato, variações significativas a ponto de tornar proposta menos vantajosa ao interesse público;
- iv) Ao vincular a execução e o fiel cumprimento do objeto contratado a investimentos previstos no âmbito de possível futuro contrato a ser licitado e firmado com terceiro (como seja, a operação da bilhetagem depender da compra de equipamentos pelo possível futuro operador do sistema de transporte público). É possível afirmar que, em não havendo contratação do operador de transporte em tempo hábil (leia-se compatível com o cronograma que consta do processo) toda a implantação e, por conseguinte, a execução do contrato de gestão do SBE se veriam impossibilitadas pela ausência dos equipamentos embarcados que, nos termos do presente edital, seriam adquiridos por esse futuro operador.

Vê-se que tais questões são imprescindíveis para a correta formulação da proposta, bem como para a contratação efetiva e mais vantajosa para a administração, e a falta de clareza quanto à aquisição de validadores, bem como da necessidade de cotação

em separado de AVL pode prejudicar, e muito, o deslinde do processo licitatório em curso.

A falta de informações necessárias à perfeita elaboração das propostas é incompatível com a determinação contida no art. 40 da Lei 8.666/93. Nesse sentido, destaque-se o posicionamento de Marçal Justen Filho¹ acerca do inciso VIII do referido dispositivo:

“O ato convocatório deverá conter todas as informações relevantes e pertinentes à licitação. Nenhuma decisão poderá inovar o conteúdo do ato convocatório. Se existir informação relevante para a elaboração das propostas ou participação dos interessados e se isso não constar do ato convocatório, haverá vício invencível. Apesar disso, os interessados poderão sentir necessidade de outras informações complementares. Por isso, a unidade administrativa deverá dispor-se a prestar esclarecimentos e informações. Se, porém, os esclarecimentos importarem alteração nos termos do ato convocatório, existirá vício e provável nulidade.”

E mesmo que se admitissem as omissões técnicas trazidas pelo Edital, do que se cogita apenas em homenagem ao debate, a manutenção destas pode implicar a contratação de sistema que não se integre aos validadores existentes, causando prejuízos à Administração, por erros do gestor. Ademais, a falta de especificação impõe que as licitantes realizem, às suas expensas, a elaboração de propostas que abranjam diversos custos com integração (desnecessários nos casos de equipamentos que possuem AVL), o que não pode ser admitido, e *per se* restringe a competição do certame, conforme reiteradas decisões do TCU.

II.2 - Cronograma incompleto de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação.

Este ponto é fundamental. Sem isso, não tem como qualquer licitante elaborar uma proposta precisa.

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pág.391.

Como as interessadas podem fazer uma proposta sem considerar o correto cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas (além dos requisitos de integração)?

O cronograma de implantação e migração apresentado está inadequado/incorreto, pois não contempla atividades fundamentais como por exemplo: entrega e validação do projeto executivo, entrega de validadores e demais equipamentos, entrega dos requisitos do sistema atual para a realização da migração, fase de validações e testes. Também não informa as responsabilidades, visto que determinadas atividades são de outras Partes envolvidas no processo, como o fornecedor da tecnologia atual e as empresas concessionárias, por exemplo.

Existe um dimensionamento de equipe que se faz a partir da análise do cronograma, inexistente no edital.

Ademais, verifica-se a ausência de especificações relativas ao processo e aos prazos de desativação e substituição dos sistemas e equipamentos fornecidos pela contratada, ao final do contrato (inclusive no cronograma de implantação e migração). Estas informações também são importantes para a composição dos preços.

Verifica-se, dessa forma, omissão técnica intransponível que prejudica a formulação de propostas pelos licitantes.

II.3 Falta das especificações técnicas do equipamento NVR (*Network Video Recorder*) - item 2.2.2 do Termo de Referência.

O equipamento NVR (*Network Video Recorder*) é citado no 2.2.2 do Termo de Referência, mas é apenas mencionado, não sendo descritas as suas especificações.

E isto é fundamental para a composição dos preços.

A Administração Pública, ao licitar determinado contrato, deve respeitar o princípio da igualdade, que implica o dever de ensejar a oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, possam oferecer as

indispensáveis condições para sua execução.

Acerca da igualdade entre os licitantes, com muita propriedade, leciona Hely Lopes Meirelles²:

“A igualdade entre os licitantes é o princípio primordial da licitação – agora previsto na própria Constituição da República (art. 37, XXI) –, **pois não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes, ou com cláusulas do instrumento convocatório que afastem eventuais proponentes qualificados ou os desnivalem no julgamento** (...) O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguale os iguais ou iguale os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público mas com destino certo a determinados candidatos. Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum motivo de interesse público, e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a administração.”
(grifos nossos)

Assim, a falta de especificação de requisitos técnicos de equipamentos pode desnivelar o julgamento, o que não se pode admitir.

II.4 Item 2.1.4, alíneas W e X do Termo de Referência (Validador):

Traz o Termo de Referência que:

² Licitação e Contrato Administrativo, editora RT, 10ª edição, págs. 25/26

“Para operar no SBE, os VALIDADORES, que são de responsabilidade do operador de transporte, devem possuir os seguintes requisitos mínimos:

(...)

w) Viabilizar a migração dos cartões do sistema atual para o novo, quando aplicável.

x) Integrar-se a outros equipamentos mediante autenticação mútua, através do SAM.”

Nesse contexto, verifica-se ausência de informações necessárias para a elaboração da proposta e prestação dos serviços:

Quando seria “aplicável” tal viabilização e integração?

E sendo aplicável, para realizar a interoperabilidade, são necessários requisitos do atual fornecedor de tecnologia. Em que documento estaria previsto este Termo de cooperação técnica, por exemplo?

A aptidão de integração não é o único requisito. São necessárias também a troca de informações técnicas, que precisam estar previamente definidas, sob pena de macular a prestação dos serviços licitados.

III. PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO vs. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O princípio do interesse público é um dos pilares fundamentais do Direito Administrativo e orienta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública. Esse princípio determina que todas as ações e decisões tomadas pela Administração devem visar ao bem comum e ao interesse da coletividade, buscando o atendimento das necessidades e demandas da sociedade como um todo.

A licitação, como se sabe, consiste num instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na escolha dos contratantes, e a isonomia entre eles, *a priori*, significa

tratamento igual para situações iguais.

Exigências desarrazoadas ou omissões no edital acabam invariavelmente comprometendo a observância dos princípios constitucionais da isonomia, eficiência, economicidade e da própria legalidade, resvalando seus efeitos sempre na direção de um possível negócio menos vantajoso para a Administração Pública, considerando ser a causa principal da diminuição do número de concorrentes, além da possibilidade de esconder um eventual viés de direcionamento e/ou restrição do caráter competitivo do certame. Por tudo isso, não podem ser mantidas exigências excessivas e/ou abusivas.

Assim, não se mostra razoável a imposição de requisitos que não se prestem à estrita verificação da capacidade da concorrente de realizar o serviço de forma adequada e satisfatória, bem como a **omissão de exigências e especificações fundamentais**, o que pode privilegiar algumas empresas, em detrimento de outras (em prejuízo da eficiência e economicidade administrativa).

Não se pode negar que é muito mais benéfico ao interesse público que um maior número de empresas participe do certame, devendo-se superar exigências que evidenciem rigor excessivo capaz de comprometer a finalidade da licitação, qual seja, *"garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos"* (art. 3º da Lei n. 8.666/93).

Nestes termos, as informações e exigências de ordem técnica devem ser sanadas/corrigidas para possibilitar a correta elaboração das propostas e a consequente contratação da melhor proposta para a Administração Pública. A manutenção do edital, tal como publicado, excluirá competidores que detém capacidade para cumprimento do objeto do edital com maior vantajosidade para a Administração, o que de logo deve ser evitado.

IV. DOS PEDIDOS

Por todos os fatos e fundamentos ora apresentados, requer-se:

- 1) que seja recebida a presente impugnação, por tempestiva, nos termos da Legislação em vigor;
- 2) que seja provida a impugnação, com a consequente alteração do edital e termo de referência, para corrigir os pontos controvertidos e sanar as omissões levantadas na presente impugnação, republicando-se o edital, nos termos da lei;
- 3) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta a Impugnação à Autoridade Superior competente para apreciação final.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por uma análise justa, observando-se os princípios constitucionais que regem a administração pública!

Campinas, 11 de setembro de 2023.

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.

CNPJ nº 05.246.462/0001-07

Paulo Roberto Tavares

Diretor Presidente

RG nº 20.623.884-8 SSP/SP

CPF nº 184.266.298-81

TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA.

CNPJ nº 05.246.462/0001-07

Luiz Delfeu Jora Ferracioli

Diretor de Serviços

RG nº 21.406.337-9 SSP/SP

CPF nº 150.378.478-93



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 24.280/2023

RUBRICA: 109 FOLHA: 14

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.

À Secretaria Municipal de Governo

Assunto: **Impugnação Pregão Eletrônico nº 157/2023**

Encaminho o presente processo, na forma que dispõe o item 5.1.1 do edital, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processo Administrativo Apenso nº 05.561/2023, pois este pregoeiro não possui a expertise para tal.

Atenciosamente,

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 24.280/23

Requerente: TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA

Assunto: impugnação

À Procuradoria-Geral;

O novo edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - “Bilhetagem Eletrônica”, foi publicizado na forma e no prazo legal, decorrente da análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações ofertadas naquela oportunidade, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada, porém cingindo-se as impugnações as questões de ordem jurídica, as mesmas foram analisadas à luz das questões jurídico/legais, para a submissão a esta especializada jurídica para manifestação final.

A peça de impugnação da empresa TRANSDATA SOLUÇÕES EM MOBILIDADE LTDA., está alicerçada conforme discriminado abaixo:

Item 2.2.1 do Anexo II, que dispõe sobre o “Equipamento Automatic Vehicle Location – AVL, Cronograma incompleto de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação, Falta das especificações técnicas do equipamento NVR (Network Video Recorder) - item 2.2.2 do Termo de Referência.

Com efeito, para melhor compreensão do que será abordado, as impugnações serão analisadas de per si, vejamos:

=> Item 2.2.1 do Anexo II, que dispõe sobre o “Equipamento Automatic Vehicle Location – AVL.

A impugnação apresentada foi objeto de pedido de esclarecimentos respondida ao Pregoeiro da seguinte maneira:

“Prezado Pregoeiro, em resposta ao pedido de esclarecimento da empresa transdata, é correto afirmar que o validador deverá ser adquirido pela empresa que vencer o certame correlato a operação do sistema de transporte público, portanto, a empresa que operar o sistema poderá adquirir o validador com as funcionalidades do AVL ou não.

Assim, a precificação de todos os itens constantes na planilha de custos é indispensável para a formação da proposta que será julgada. Não se pode perder de vista que o cronograma de migração e implementação prevê prazo para que alternativas tecnológicas sejam implementadas de acordo com o interesse público em consenso com as empresas, tanto a gerenciadora quanto a



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

operadora, portanto, o fato do AVL ser precificado não significa dizer que a empresa vencedora do SBE deverá adquiri-lo e o poder Público pagar, na medida que tudo isto dependerá, repita-se, do tipo de validador que será implementado (instalado) pela empresa operadora do sistema de transporte público.

Com efeito, a precificação do AVL não importará em mitigação dos princípios que norteiam a Administração Pública, nem tampouco o Interesse Público e/ou causará dano ao erário.”

Pois bem, entendo que o esclarecimento deve ser reiterado e subsidiar a resposta a impugnação, na medida que sabedor de que o mercado oferta validador com o AVL integrado, que o validador deverá ser adquirido pela empresa que vencer a licitação referente a concessão do transporte público, resta evidente que no momento da licitação do SBE não será ainda possível estabelecer o validador que será adquirido posteriormente. Na verdade, finda a licitação da bilhetagem eletrônica e que serão definidos os requisitos técnicos do validador que balizarão e serão inseridos no edital da concessão. Obviamente que o custo do validador estará precificado no custo do total da concessão.

Neste sentido, não verifica-se qualquer prejuízo aos interessados e não fere o princípio da isonomia ou da ampla concorrência, na medida que todas deverão preencher integralmente a proposta comercial na forma como fora definido no Anexo – I, portanto, a melhor proposta - vencedora considerará o preço do AVL.

Veja que poderia o Poder Público limitar antecipadamente que o validador não tivesse o AVL integrado, porém mitigaria o princípio da ampla concorrência na concessão da operação do transporte público, posto que a funcionalidade do validador deverá ser compatível com os requisitos que serão extraídos após a realização da licitação do SBE, portanto, não se trata de indefinição, mais de ampliação das possibilidades que o mercado oferta. Além do mais, a Administração Pública definiu em atribuir a aquisição do validador ao operador do transporte.

Neste contexto, a implantação do sistema do transporte está atrelado ao cronograma de execução e migração, dependerá inclusive da ordem de serviço, o que certamente inclui a instalação do validador com o sem AVL nos veículos, nesta senda o AVL precificado não importará necessariamente na sua aquisição, não havendo nenhum prejuízo a empresa que vencer a licitação do SBE, por outro lado, se for necessário a instalação do AVL é fundamental que o preço seja previamente conhecido e seja parte integrante da proposta comercial, evitando assim que sua aquisição se dê através de aditivo de valor, prejudicando sobremaneira análise do preço em que o mesmo seria adquirido.

Assim, o AVL constante na proposta comercial deverá ser precificado tal qual como esta definido do edital.

=> Cronograma incompleto de fornecimento e implantação dos sistemas objeto da licitação.

O anexo VI é claro ao estipular os prazos que deverão ocorrer as etapas, sendo certo que seu início está vinculado a ordem de serviço, conforme estabelecido no Item 15.2.3 do edital, resta claro que os prazos serão contabilizados após a expedição da ordem de serviço.



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Desta feita, não está configurado qualquer surpresa o empecilho na formulação da proposta comercial, inclusive a plena realização do cronograma está interligado com a licitação da operação do transporte público, devendo ser considerado para os fins que se almeja no edital as regras estipuladas pelo Poder Público.

=> falta das especificações técnicas do equipamento NVR (Network Vídeo Recorder) - item 2.2.2 do Termo de Referência.

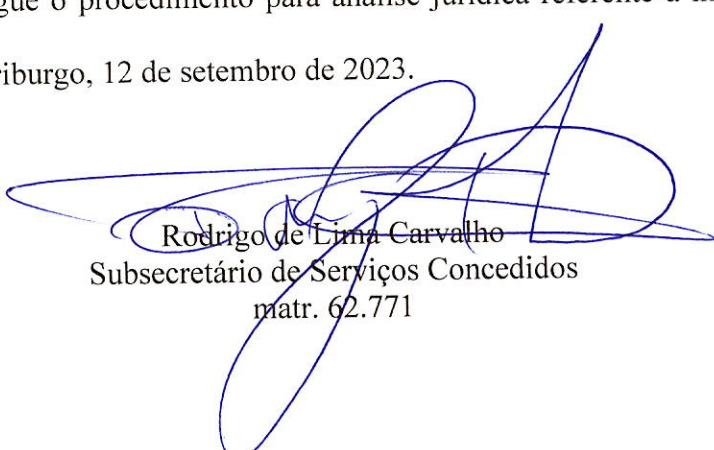
O equipamento NVR disposto no Termo de Referência não foi objeto de cotação, fase anterior a licitação. Desta feita, foi verificado junto ao Departamento de engenharia da Coppe a razão pela inclusão do equipamento e a relevância de sua manutenção.

“A contratada fez as seguintes considerações - visando agilizar o processo e torná-lo mais transparente e claro, o item NVR pode ser suprimido, uma vez que o mesmo não foi parte da cotação de preços, bem como suscitou diversas dúvidas com relação sua inclusão. A inclusão do NVR possui duas funções: (I) contribuir na redundância de armazenamento das imagens gravadas no interior do ônibus para auditoria da catraca; (II) permitir a expansão do sistema de monitoramento por câmeras dos veículos em operação, com outras finalidades. A finalidade I não será prejudicada na medida que o armazenamento será realizado com as especificações e de acordo com a melhor eficiência do sistema. Quanto a finalidade II, verifica-se que se no decorrer da prestação do serviço de bilhetagem ou da operação do sistema de transporte público se for verificado a necessidade vindouras, demandadas pelo Poder Executivo, pelo operador do sistema de transporte público ou da empresa do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, nada obsta que o mesmo seja adquirido futuramente, portanto, evita-se nesta oportunidade a inserção do custo do NVR. A conclusão técnica é que o mesmo pode ser retirado na medida que não haverá impactos no funcionamento do serviço objeto do presente certame.”

Neste sentido, verifica-se erro material constante no item 2.2, na medida que o NVR foi suprimido do edital. Por seu turno, não vislumbra-se prejuízo na identificação e formulação de proposta.

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.


Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771



Processo: 24.280/2023

Requerente: Transdata Soluções em Mobilidade Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº. 157 de 2023 - Processo Licitatório nº. 5561/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 11/09/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico nº. 157 de 2023 - Processo Licitatório nº. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 12 de setembro de 2023, às 17h:12min.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/13, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** falta de clareza quanto à aquisição de validadores e incorreções nas especificações técnicas do equipamento AVL (item II.1); **2)** cronograma incompleto de fornecimento e implantação dos sistemas (item II.2); **3)** falta das especificações técnicas do equipamento NVR (item II.3); e **4)** ausência de informações necessárias para a elaboração de proposta quando a prestação dos serviços com os VALIDADORES para operar no SBE (item II.4).

A Comissão de Pregão I, às fls. 14, recebeu a impugnação, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.



A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 15/17, afirma que “*em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Coopptec - com interveniência do programa de engenharia da Copp/URFJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada*”, apresentando resposta a cada item impugnado.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 11/09/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal nº. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para o dia 14/09/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o Decreto Federal nº. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

O Pregoeiro, conforme narrado no relatório, não apreciou o pedido de impugnação, limitando-se a encaminhar os autos à Secretaria Municipal de Governo para análise técnica, na forma do subitem 5.1.1 do Edital.



Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, a Secretaria Municipal de Governo respondeu a impugnação às fls. 15/17, refutando os itens impugnados pela requerente, conforme se verá adiante.

Importante consignar que a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC foi contratada pelo Município em 03/03/2022 (Contrato de nº. 044/2022), tendo por objeto a contratação de serviço de diagnóstico do Sistema de Transporte Público Coletivo por Ônibus Municipal através do planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, atualização do marco regulatório e da metodologia de cálculo tarifário, buscando observar o art.294, III, alínea “g”, itens 1 a 6, da Lei Orgânica nº. 4.637, de 12 de julho de 2018.

Posteriormente, foi celebrado em 27/01/2023 Termo Aditivo ao Contrato nº. 044/2023, com objetivo de aditar o valor do contrato em R\$ 186.582,75 para que a Fundação COPPETEC preparasse o edital e anexos da licitação para contratação da empresa que prestará o serviço de bilhetagem eletrônica.

Portanto, tendo sido contratada para planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, a análise da impugnação apresentada cabe à COPPETEC, juntamente com a Secretaria Municipal de Governo.



II.1) Falta de clareza quanto à aquisição de validadores e incorreções nas especificações técnicas do equipamento AVL.

Afirma a impugnante que o Termo de Referência especifica requisitos do Equipamento AVL, requerendo a cotação deste item para fins de composição de preço, no entanto, pela natural evolução tecnológica, alguns validadores do mercado já dispõem de todas as funcionalidades do AVL. Desse modo, para esses validadores que possuem uma tecnologia mais avançada, o AVL seria totalmente dispensável, uma vez que já estaria presente no equipamento.

Nesse contexto, a impugnante questiona se existe a possibilidade de não cotar o preço dos AVLS para hipótese de haver os validadores com as funcionalidades do AVL já inclusas no equipamento.

Isto porque, o custo da contratação de um equipamento validador moderno reduziria consideravelmente a proposta a ser firmada, implicando em benefício direto ao órgão contratante, haja vista já possuir as funcionalidades que necessitaria de dois equipamentos (validador e AVL) em apenas um equipamento (validador moderno).

Nesta seara, em resposta, o Município afirmou ser indispensável a precificação de todos os itens constantes na planilha de custos para a formação da proposta que será julgada.

Não obstante, a empresa impugnante questiona que há falta de clareza quanto à aquisição de validadores, sendo tal questão pode causar prejuízo na contratação efetiva e mais vantajosa para a administração.

Diante disso, a Secretaria Municipal de Governo, em sua resposta, declarou que “*no momento da licitação do SBE não será ainda possível estabelecer o validador que serpa adquiridos posteriormente*”. Logo, concluiu que não há qualquer prejuízo aos interessados, sendo certo que o Município não poderia limitar antecipadamente que o validados não tivesse o AVL integrado, pois tal limitação mitigaria o princípio da ampla concorrência, não se tratando de indefinição, mas de ampliação das possibilidades que o mercado oferta.



Tratando-se de quesito estritamente técnico, a análise cabe à Secretaria Municipal de Governo.

II.2) Cronograma incompleto de fornecimento e implantação dos sistemas.

A impugnante alega que o cronograma de implantação e migração apresentado está inadequado, pois não contempla atividades fundamentais, especificações relativas ao processo, prazos de desativação e substituição dos sistemas e equipamentos fornecidos, bem como as responsabilidades.

Diante do impugnado, alega omissão técnica intransponível que prejudica a formulação de propostas pelos licitantes.

A Secretaria Municipal de Governo, às fls. 15/17, traz em sua argumentação que não há configuração de qualquer empecilho na formulação da proposta comercial, visto que estão estipulados os prazos que deverão ocorrer as etapas, estando estas vinculadas a ordem de serviço, conforme previsto no anexo VI.

Da mesma forma que o tópico anterior, trata-se de quesito estritamente técnico, cuja análise incumbe exclusivamente à Secretaria Municipal de Governo.

II.3) Falta das especificações técnicas do equipamento NVR.

Afirma a impugnante que o equipamento Network Video Recorder é citado no item 2.2.2 do Termo de Referência, mas é apenas mencionado, não possuindo as especificações necessárias, podendo a falta destas desnivelar o julgamento.

Neste diapasão, a Secretaria de Governo informa que o equipamento questionado acima não foi objeto de cotação, tendo sido verificado junto ao Departamento de Engenharia da COPPE que o NVR pode ser suprimido, uma vez que o mesmo não foi parte de cotação de preços, bem como não há necessidade por ora de sua aquisição e, caso seja verificado a necessidade, nada obsta que o mesmo seja adquirido futuramente, não havendo impactos no funcionamento do serviço objeto do certame.



Trata-se também de quesito técnico, cuja análise incumbe à Secretaria Municipal de Governo.

II.4) Ausência de informações necessárias para a elaboração da proposta e prestação dos serviços.

Quanto a este item, afirma a impugnante estão ausentes as informações necessárias para a elaboração da proposta e prestação dos serviços quanto ao item 2.1.4. alíneas “W” e “X” do Termo de Referência.

Salvo melhor juízo, este ponto não foi respondido, devendo ser verificado pela Secretaria Municipal de Governo, uma vez que se trata de matéria técnica.


III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista a resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Governo (fls. 15/17), concluindo que houve erro material contante no item 2.2, na medida que o NVR foi suprimido do edital, não vislumbra-se prejuízo na identificação e formulação de proposta, devendo os autos serem encaminhados **à Secretaria supra para análise e manifestação do item II.4 da impugnação, com as providências que entenderem necessárias.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 13 de setembro de 2023.


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347

ciente
A Comissão
de P. N. C.
NF. 13/19/23

Rodrigo Lima Carvalho
Subprocurador de
Serviços Jurídicos
Matr. 62.771